



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Edital de Convocação de Audiência Pública

“Liberdade religiosa. O papel e os limites do Estado e dos meios de comunicação.”

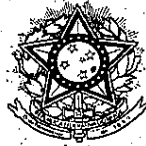
O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no exercício de suas atribuições, previstas nos artigos 127 e 129 da CR/88 e nos artigos 6º, 7º e 8º da Lei Complementar nº 75/93,

CONSIDERANDO os artigos 1º, *caput* e incisos II e III, 3º, I, III e IV, 5º, VI, VII e VIII, 19, I, 150, VI, “b”, 205, 215, §§ 1º 3º, IV, 216, I e II, 220 § 1º, 221, I e IV, e 223 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assim como a Resolução nº 82, de 29 de fevereiro de 2012, do Conselho Nacional do Ministério Público, que dispõe sobre as audiências públicas no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados,

CONVOCA AUDIÊNCIA PÚBLICA, a realizar-se no dia **06 de dezembro de 2013, das 9h às 15 horas, no Auditório da sede da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro (Avenida Nilo Peçanha, 31, 6º andar, Centro)**, com o objetivo de ouvir a população, representantes do poder público e dos meios de comunicação, de modo a colher elementos de informação úteis para instruir o Inquérito Civil nº 1.30.012000944/2010-33, e o procedimento preparatório nº 1.30.001.005742/2013-50, no que pertine ao papel do poder público e dos veículos de comunicação visando à garantia da liberdade de consciência e de pensamento, da inviolabilidade de crenças religiosas e do tratamento igualitário, bem como no que diz respeito à atuação do poder público e da sociedade em face de eventuais manifestações de intolerância que possam ofender o exercício da liberdade religiosa ou colocar em risco, porque não dizer, o próprio Estado Democrático de Direito em que se funda a República Federativa do Brasil.

A audiência será aberta às 9h pelo Procurador Regional dos Direitos do Cidadão. Em seguida, será dada a palavra aos integrantes da mesa, sendo, posteriormente, assegurada a palavra aos que manifestarem a vontade de se pronunciar, de acordo com a ordem de inscrição. Fica desde logo ressaltado que o tempo de manifestação será balizado de acordo com o número de participantes inscritos e não excederá o limite de 20 minutos para cada intervenção, podendo esse tempo ser reduzido a fim de que todos os interessados possam se manifestar no prazo estabelecido pela audiência pública.

Será franqueado acesso livre ao local da audiência, observando-se, no entanto, a ordem de chegada e a capacidade do auditório. Caso se mostre necessário, de modo a harmonizar a segurança do evento e o direito de manifestação direta, uma nova audiência poderá ser convocada, oportunidade na



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

qual será assegurada prioridade de participação àqueles que porventura não consigam ingressar no auditório em virtude da ausência de lugares disponíveis. Mais esclarecimentos e informações podem ser obtidos através do sítio eletrônico www.prrj.mpf.mp.br.

Publique-se e providencie-se ampla divulgação do edital. Comunique-se à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

Rio de Janeiro, 4 de novembro de 2013.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Jaime Mitropoulos', written over a horizontal line.

JAIME MITROPOULOS
Procurador da República
Procurador Regional dos Direitos do Cidadão